

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade Anônima domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis claros/lubrificantes e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e na comercialização de produtos químicos (“Oxiten”) e na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”). A Sociedade também atua na atividade de refino de petróleo, através de participação na Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (“RPR”).

2 Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), conforme emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas de acordo com o BR GAAP, que diferem do IFRS em dois aspectos. O IFRS não prevê o reconhecimento da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Em adição à equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras da controladora de 2010 possuem outra diferença em relação ao IFRS, expressamente permitida pelo CPC 43 (R1) e referente ao ativo diferido, baixado em 31 de dezembro de 2010, data em que foi eliminada esta diferença. Vide nota explicativa nº 30 para maiores detalhes dos efeitos da amortização do ativo diferido de controladas no lucro líquido da controladora de 2010.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Apuração do resultado

As receitas de vendas e os custos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. As receitas de serviços prestados e os respectivos custos são reconhecidos no resultado em função da sua realização. O custo das vendas e dos serviços prestados inclui o custo de mercadorias (principalmente combustíveis/lubrificantes e GLP), custo de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e o custo de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Equivalentes de caixa

Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes dos equivalentes de caixa da Sociedade e

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

suas controladas.

c. Instrumentos financeiros

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas foram classificados nas seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao valor justo. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- *Hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. Mensura-se o valor justo do *hedge* e do item objeto de *hedge*.
- *Hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às variações nos fluxos de caixa, que possa ser atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo ou a uma transação altamente provável e que possa impactar o resultado da entidade.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*): instrumento financeiro derivativo designado para a proteção da exposição atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge*, o relacionamento entre os instrumentos de proteção e os itens objeto de *hedge*, são documentados, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 22.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide nota explicativa nº 22 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas e baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Os investimentos em sociedades coligadas em que a administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo que estejam sob controle compartilhado, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 11).

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos sob controle compartilhado são consolidados proporcionalmente à participação da Sociedade (vide nota explicativa nº 3). Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide nota explicativa nº 18).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil-econômica dos bens.

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Sociedade e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelos prazos de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme a nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.g).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e nas quais a opção de compra no final do contrato é equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 23.f).

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de prováveis perdas (recuperabilidade). Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UGC”) para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil-econômica, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente, ou que possuam vida útil indefinida, exceto ágio por expectativa de rentabilidade futura.

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.t).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Passivos circulante e não circulante

Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumento de proteção.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das demonstrações financeiras. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, incluindo a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de imposto de renda e contribuição social previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, vide nota explicativa nº 9.

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desse ativo é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 18). O custo de retirada estimado é revisado periodicamente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisão para contingências

A provisão para contingências é constituída para os riscos contingentes que possuam valores estimáveis, onde a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23).

o. Compromisso atuarial com benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais com benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 24.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado do exercício.

p. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira realizadas pela Sociedade ou suas controladas são convertidas para a moeda funcional das mesmas pela taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto da Sociedade e suas controladas são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado do exercício até a conclusão de cada transação.

q. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas Oxiten México S.A. de C.V. (“Oxiten México”) e suas controladas, localizadas no México (moeda Pesos Mexicanos), e Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”), localizada na Venezuela (moeda Bolívares Fortes), cuja moeda funcional é diferente da Sociedade (moeda Reais), são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em resultados abrangentes e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 2011 foi de R\$ 4.426 de perda cambial (perda de R\$ 18.597 em 2010).

Conforme IAS 29, a Venezuela passou a ser considerada um país de economia hiperinflacionária a partir de 2010, consequentemente as demonstrações financeiras da Oxiten Andina estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio do encerramento do respectivo exercício. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado de 2011 totalizou R\$ 1.811 (perda de R\$ 1.726 em 2010).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

r. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4, 14 e 22), determinações de provisões para imposto de renda (nota explicativa nº 9), vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota explicativa nº 13), provisão para retirada de tanques (nota explicativa nº 18), provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 23) e estimativas para elaboração de laudo atuarial (nota explicativa nº 24). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

s. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. Para os ativos que não podem ser avaliados individualmente, estes são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade considera, nas projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que os fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado na UGC a qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade não registrou redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados.

t. Ajuste a valor presente

As controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) do ativo imobilizado (CIAP – vide nota explicativa nº 7). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas demonstrações financeiras, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS.

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

u. Demonstrações de valor adicionado

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

v. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quais sejam:

- Isenção limitada de divulgações comparativas do IFRS 7 para adotantes iniciais
- Aperfeiçoamento do IFRS 2010
- Instrumentos financeiros IFRS 9
- Pagamentos antecipados de exigências mínimas de financiamento (modificações do IFRIC 14)
- Classificação de direitos (modificações do IAS 32)
- Alterações ao IAS 19 - benefícios aos empregados
- Demonstrações financeiras consolidadas - IFRS 10
- Controle compartilhado - IFRS 11
- Divulgações de participações em outras entidades - IFRS 12
- Mensuração ao valor justo - IFRS 13
- Alterações ao IAS 1 – apresentação das demonstrações financeiras

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Sociedade e suas controladas não estimaram o impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

w. Autorização para a conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 15 de fevereiro de 2012.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS/BR GAAP, sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio e lucro líquidos consolidados.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

		% de participação no capital social			
		31/12/2011		31/12/2010	
		Controle		Controle	
	Localidade	Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	-	99	-	99
União Vopak Armazéns Gerais Ltda. (*)	Brasil	-	50	-	50
Ultracargo Argentina S.A.	Argentina	-	-	-	100
Melamina Ultra S.A. Indústria Química	Brasil	-	99	-	99
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Brasil	100	-	100	-
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	-	99	-	99
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	-	100	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiteno Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiteno Andina, C.A.	Venezuela	-	100	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bélgica	-	100	-	100
Oxiteno Colombia S.A.S	Colômbia	-	100	-	-
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	100	-	100	-
Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda.	Brasil	-	-	-	100
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Conveniências Ipiranga Norte Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Maxfácil Participações S.A. (*)	Brasil	-	50	-	50
Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	-	99	-	99
Distribuidora de Gás LP Azul S.A.	Brasil	-	100	-	-
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	-	56	-	56
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	-	100	-	100
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	-	100	-	100
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (*)	Brasil	33	-	33	-

(*) A Sociedade mantém participação compartilhada nessas empresas, nas quais os contratos sociais estabelecem o controle conjunto. Essas *joint ventures* são reconhecidas na Sociedade utilizando-se a consolidação proporcional, conforme permitido pelo IAS 31.

A RPR tem como atividade principal o refino de petróleo, a Maxfácil Participações S.A. tem

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

como atividade principal a administração de cartões de crédito de bandeira Ipiranga e a União Vopak Armazéns Gerais Ltda. tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no Porto de Paranaguá.

A controlada Ultracargo Argentina S.A. foi liquidada em outubro de 2011.

A controlada Oxiten Colombia S.A.S foi constituída em outubro de 2011 e tem como atividade principal a representação comercial.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a) Combinação de negócios – aquisição da Repsol Gás Brasil S.A. (“Repsol”)

A Sociedade adquiriu, em 20 de outubro de 2011, através da sua controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”), 100% das ações da Repsol. O valor total da aquisição foi de R\$ 49.822. Esta aquisição fortalece o negócio de GLP a granel da Ultragaz, possibilitando ganhos de escala em logística e gestão, além de melhor posicionamento para o crescimento no segmento granel na região Sudeste. Após a aquisição, sua razão social foi alterada para Distribuidora de Gás LP Azul S.A.

O valor pago pela aquisição das ações foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio provisório fundamentado por expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 13.403. A mais valia estimada para os ativos adquiridos está sendo apurada por avaliador independente e apresenta valor provisório de R\$ 16.555 com base em laudo preliminar, representativo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens.

O quadro a seguir resume a estimativa preliminar, portanto sujeita à alteração, dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.151	Fornecedores	3.838
Contas a receber	2.875	Salários e encargos a pagar	1.521
Estoques	995	Outros	<u>67</u>
Adiantamento a fornecedores	1.596		5.426
Tributos a recuperar	1.092		
Outros	<u>360</u>		
	9.069		
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado	22.026	Provisão para contingências	1.140
Intangível	11.625		
Outros	265		
Ágio	<u>13.403</u>		
	47.319	Total dos passivos assumidos	6.566
Total dos ativos adquiridos e do ágio	56.388	Valor pago	49.822

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada não auditada da Sociedade para o exercício findo em 2011, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativa dos resultados operacionais futuros:

	<u>2011 (não auditado)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	48.708.540
Lucro operacional	1.451.106
Lucro líquido do exercício	854.182
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 29)	1,59
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 29)	1,58

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Combinação de negócios – aquisição da Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda. (“DNP”)

A Sociedade adquiriu, em 1 de novembro de 2010, através da sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), 100% das cotas da DNP. O valor total da aquisição, após ajuste final de capital de giro ocorrido em 5 de julho de 2011, foi de R\$ 73.427. Esta aquisição reforça a estratégia de expansão, iniciada com a aquisição da Texaco, para as regiões centro-oeste, nordeste e norte do Brasil, onde o crescimento de consumo tem sido acima da média nacional e a participação de mercado da Ipiranga é menor do que nas regiões sul e sudeste.

O valor pago pela aquisição das cotas foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 24.736. A mais valia para os ativos adquiridos, apurada com base em laudo elaborado por avaliador independente, é de R\$ 54.349, representativo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens.

O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na conclusão da aquisição:

Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.322	Fornecedores	7.784
Contas a receber	15.295	Imposto de renda e contribuição social	5.130
Estoques	18.003	Impostos e contribuições a recolher	1.210
Outros	<u>9.672</u>	Salários e encargos a pagar	754
	45.292	Outros	<u>6.345</u>
			21.223
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado	15.977	Provisão para contingências	14.812
Intangível	46.650	Imposto de renda e contribuição social	18.587
Outros	217	Outros	<u>4.823</u>
Ágio	<u>24.736</u>		38.222
	87.580		
		Total dos passivos assumidos	59.445
Total dos ativos adquiridos e do ágio	132.872	Valor pago	73.427

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada não auditada da Sociedade para o exercício findo em 2010, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativa dos resultados operacionais futuros:

	<u>2010 (não auditado)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	42.904.092
Lucro operacional	1.343.418
Lucro líquido do exercício	777.818
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 29)	1,46
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 29)	1,45

Em fevereiro de 2011, visando a simplificação da estrutura societária, a controlada DNP foi incorporada pela IPP.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Ativos financeiros

Os ativos financeiros, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), debêntures e em títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha, em 2010 também em fundos de investimentos de curto prazo, cuja carteira era composta por títulos emitidos pelo governo norte americano; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	71	23	78.077	59.980
Em moeda estrangeira	-	-	29.523	12.813
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	178.601	407.681	1.668.178	2.569.625
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	15.176	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>178.672</u>	<u>407.704</u>	<u>1.790.954</u>	<u>2.642.418</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Aplicações financeiras**

São consideradas como aplicações financeiras, ativos financeiros que não são considerados caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	52.902	12.758	638.879	360.032
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	259.091	198.149
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	93.403	19.778
Total de aplicações financeiras	<u>52.902</u>	<u>12.758</u>	<u>991.373</u>	<u>577.959</u>
Circulante	<u>52.902</u>	<u>12.758</u>	<u>916.936</u>	<u>558.209</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.437</u>	<u>19.750</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 22).

Os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas, exceto caixa e bancos, foram classificados conforme as suas características e intenção da Sociedade em: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento e (iii) disponíveis para venda, de acordo com a tabela abaixo.

	Consolidado	
	2011	2010
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.776.757	2.589.403
Mantidos até o vencimento	7.193	7.193
Disponíveis para venda	<u>890.777</u>	<u>550.988</u>
Ativos financeiros, exceto caixa e bancos	<u>2.674.727</u>	<u>3.147.584</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	2011	2010
Clientes nacionais	1.885.901	1.605.767
Financiamentos a clientes – Ipiranga	239.588	202.719
Clientes estrangeiros	135.098	123.823
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(116.454)</u>	<u>(119.932)</u>
	<u>2.144.133</u>	<u>1.812.377</u>
Circulante	<u>2.026.417</u>	<u>1.715.709</u>
Não circulante	<u>117.716</u>	<u>96.668</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes bruto é assim demonstrada:

	Total	Saldo não vencido	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
2011	2.260.587	1.994.399	80.635	18.088	5.788	14.944	146.733
2010	1.932.309	1.692.151	60.321	16.415	5.067	9.442	148.913

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 2009	114.460
Saldo inicial de aquisição da DNP	1.720
Adições	17.825
Baixas por utilização	<u>(14.073)</u>
Saldo em 2010	119.932
Saldo inicial de aquisição da Repsol	520
Adições	19.766
Baixas por utilização	<u>(23.764)</u>
Saldo em 2011	<u>116.454</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

	2011			2010		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	272.377	(14.605)	257.772	181.419	(9.905)	171.514
Produtos em elaboração	2.841	-	2.841	7.907	-	7.907
Matérias-primas	197.982	(114)	197.868	177.123	(2.059)	175.064
Gás liquefeito de petróleo - GLP	41.147	-	41.147	26.648	-	26.648
Combustíveis, lubrificantes e graxas	633.035	(710)	632.325	553.491	(1.032)	552.459
Materiais de consumo e vasilhames para revenda	58.126	(1.696)	56.430	49.688	(1.028)	48.660
Adiantamentos a fornecedores	89.103	-	89.103	111.578	-	111.578
Imóveis para revenda	32.646	-	32.646	39.707	-	39.707
	<u>1.327.257</u>	<u>(17.125)</u>	<u>1.310.132</u>	<u>1.147.561</u>	<u>(14.024)</u>	<u>1.133.537</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 2009	22.050
Reversão	(8.026)
Saldo em 2010	14.024
Adição	3.101
Saldo em 2011	<u>17.125</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	2011	2010
Ajuste ao valor de realização	13.551	9.562
Obsolescência e perda	<u>3.574</u>	<u>4.462</u>
Total	<u>17.125</u>	<u>14.024</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
IRPJ e CSLL	88.591	78.868	177.244	145.554
ICMS	-	-	178.202	202.584
Provisão para perdas de ICMS (*)	-	-	(41.146)	(56.130)
Ajuste a valor presente do ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP (vide nota explicativa nº 2.t)	-	-	(3.007)	(3.273)
PIS e COFINS	21	21	211.332	97.568
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México e Oxiteno Andina	-	-	19.513	10.507
IPI	-	-	3.552	4.342
Outros	-	21	6.216	7.935
Total	88.612	78.910	551.906	409.087
Circulante	48.706	69.897	470.511	354.317
Não circulante	39.906	9.013	81.395	54.770

(*) A provisão refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente.

A movimentação da provisão para perdas de ICMS é assim demonstrada:

Saldo em 2009	70.986
Reversão de provisão	(5.741)
Baixas por recebimento	(9.115)
Saldo em 2010	56.130
Reversão de provisão	(7.114)
Baixas por recebimento	(7.870)
Saldo em 2011	41.146

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

	Controladora			Resultado financeiro
	Ativo			
	Mútuo	Debêntures	Total	
Companhia Ultragaz S.A.	955	-	955	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	2.867	-	2.867	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	775.709	775.709	128.577
Total em 2011	3.822	775.709	779.531	128.577
Total em 2010	6.962	773.907	780.869	108.150

	Consolidado			
	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber	A pagar
Braskem S.A.	-	-	-	9.105
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	-	-	450	-
Liquigás Distribuidora S.A.	-	-	159	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	9.654	-	-	965
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	-	-	-	394.908
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.145	-	-
Quattor Participações S.A.	-	-	-	4.803
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (*)	-	-	-	204
SHV Gás Brasil Ltda.	-	-	306	-
Outros	490	826	22	-
Total em 2011	10.144	3.971	937	409.985
Total em 2010	10.144	4.021	2.324	261.035

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Consolidado	
	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Braskem S.A.	23.401	689.463
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	4.940	-
Liquigás Distribuidora S.A.	6.021	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	11.221
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	24.760	28.822.978
Quattor Participações S.A.	-	175.069
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (*)	-	122.304
Servgás Distribuidora de Gas S.A.	1.329	-
SHV Gás Brasil Ltda.	2.147	-
Total em 2011	<u>62.604</u>	<u>29.821.035</u>
Total em 2010	<u>186.636</u>	<u>26.356.189</u>

(*) Refere-se à parcela não eliminada das operações comerciais entre RPR e IPP, uma vez que a consolidação de RPR é proporcional e a da IPP integral.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para eventual liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em empréstimos e financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.i). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa de controladas e coligadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração – Remuneração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter nossos executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros benefícios; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico EVA[®], e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 24.b). Em adição, a Sociedade possui plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento dos interesses de longo prazo dos diretores estatutários e acionistas, assim como a retenção destes executivos. Os diretores estatutários da Ultrapar fazem jus a remuneração variável adicional, em função do desempenho das ações da Sociedade entre 2006 e 2011, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos.

Em 2011, a Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) no montante de R\$ 26.030 (R\$ 28.101 em 2010). Deste total, R\$ 20.852 referem-se a remuneração de curto prazo (R\$ 20.859 em 2010), R\$ 3.232 a remuneração em ações (R\$ 2.438 em 2010) e R\$ 1.946 (R\$ 4.804 em 2010) a benefício pós-emprego. Em adição aos montantes acima, a Sociedade provisionou em 2011 R\$ 24.945 (R\$ 26.500 em 2010) relacionado ao plano de remuneração variável de longo prazo.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas, que prevê: (i) a outorga inicial de usufruto sobre ações de emissão da Sociedade, mantidas em tesouraria pelas controladas nas quais os administradores beneficiados estão registrados; e (ii) a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O valor total concedido a executivos até 2011, incluindo encargos tributários, foi R\$ 44.436 (R\$ 39.164 até 2010). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao exercício de 2011 no montante de R\$ 6.083 (R\$ 4.647 em 2010) foi registrada como despesa geral e administrativa. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBovespa.

O quadro a seguir apresenta um resumo das informações sobre as ações outorgadas aos executivos da Sociedade:

Data da outorga	Ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais da remuneração, incluindo impostos	Custos de remuneração reconhecidos acumulados	Custos de remuneração não reconhecidos
14 de dezembro de 2011	120.000	5 a 7 anos	31,85	5.272	(75)	5.197
10 de novembro de 2010	260.000	5 a 7 anos	26,78	9.602	(1.904)	7.698
16 de dezembro de 2009	250.000	5 a 7 anos	20,75	7.155	(2.532)	4.623
8 de outubro de 2008	696.000	5 a 7 anos	9,99	9.593	(5.295)	4.298
12 de dezembro de 2007	160.000	5 a 7 anos	16,17	3.570	(2.476)	1.094
9 de novembro de 2006	207.200	10 anos	11,62	3.322	(1.717)	1.605
14 de dezembro de 2005	93.600	10 anos	8,21	1.060	(645)	415
4 de outubro de 2004	167.900	10 anos	10,20	2.361	(1.712)	649
18 de dezembro de 2003	239.200	10 anos	7,58	2.501	(2.022)	479
	<u>2.193.900</u>			<u>44.436</u>	<u>(18.378)</u>	<u>26.058</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	22.645	27.646
Provisões para contingências	690	185	105.160	66.898
Provisão para benefício pós-emprego (vide nota explicativa nº 24.b)	-	-	31.594	30.843
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	7.058	16.414
Parcela referente ao ágio sobre investimentos (vide nota explicativa nº 13)	-	-	220.668	306.086
Demais provisões	-	-	52.484	20.715
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	53.007	59.978
Efeito da adoção do IFRS	-	-	17.519	35.817
Total	690	185	510.135	564.397
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	319	364
Depreciação acelerada	-	-	98	109
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	35.413	7.931
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	871	842
Efeito do Regime Tributário de Transição	-	-	1.279	17.466
Total	-	-	37.980	26.712

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social é assim demonstrada:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	-	168.028
De 1 a 2 anos	-	112.076
De 2 a 3 anos	690	56.040
De 3 a 5 anos	-	114.909
De 5 a 7 anos	-	37.231
De 7 a 10 anos	-	21.851
	<u>690</u>	<u>510.135</u>

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	21.668	14.089	1.155.495	1.060.396
Alíquotas oficiais de imposto - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(7.367)</u>	<u>(4.790)</u>	<u>(392.868)</u>	<u>(360.535)</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Provisões operacionais e despesas indedutíveis/receitas não tributáveis	1.848	358	38.516	11.182
Ajuste do lucro presumido	-	-	26.083	25.376
Juros sobre capital próprio	(18.851)	-	-	-
Demais ajustes	<u>33</u>	<u>36</u>	<u>(823)</u>	<u>(1.965)</u>
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	<u>(24.337)</u>	<u>(4.396)</u>	<u>(329.092)</u>	<u>(325.942)</u>
Incentivos fiscais – ADENE	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.192</u>	<u>30.728</u>
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u>(24.337)</u>	<u>(4.396)</u>	<u>(300.900)</u>	<u>(295.214)</u>
Corrente	(24.842)	(4.350)	(243.241)	(191.218)
Diferido	505	(46)	(85.851)	(134.724)
Incentivos fiscais – ADENE	-	-	28.192	30.728

c. Incentivos fiscais - ADENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (“ADENE”):

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2013
	Base de Suape	75	2018
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Caucaia	75	2012
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Aratu	75	2012
	Terminal de Suape	75	2020

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de contribuição social sobre o lucro (CSLL) a compensar

A Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 158.437 (R\$ 171.467 em 2010) e base negativa de CSLL no montante de R\$ 148.861 (R\$ 190.129 em 2010), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	2011	2010
Aluguéis	49.937	28.926
Plano de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	21.066	21.822
Manutenção de software	16.233	7.156
Prêmios de seguros	10.149	8.457
Propaganda e publicidade	3.589	3.769
Compras de vale alimentação e transporte	4.670	3.902
Tributos e demais despesas antecipadas	<u>3.775</u>	<u>1.727</u>
	<u>109.419</u>	<u>75.759</u>
Circulante	<u>40.221</u>	<u>35.148</u>
Não circulante	<u>69.198</u>	<u>40.611</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas (Controladora)

2011				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	810.547	2.927.945	7.773.605	198.991
Passivo	29.664	721.148	5.489.165	142.058
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas - R\$	780.883	2.206.872	2.284.440	56.933
Receita líquida de vendas e serviços	-	807.976	42.114.723	212.375
Lucro líquido do exercício após ajuste de lucros não realizados - R\$	68.934	109.336	668.359	14.468
2010				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	818.606	2.613.873	7.219.626	204.279
Passivo	106.657	826.104	4.796.092	156.144
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas - R\$	711.949	1.787.702	2.423.534	48.135
Receita líquida de vendas e serviços	-	754.364	36.311.714	961.950
Lucro líquido do exercício após ajuste de lucros não realizados - R\$	82.911	60.003	586.880	58.234

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 21.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 2009	655.038	1.552.745	2.665.185	(2.623)	4.870.345
Equivalência patrimonial	82.911	60.003	586.880	19.336	749.130
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	(26.000)	(14.154)	(378.384)	-	(418.538)
Aporte de capital em dinheiro	-	200.000	-	-	200.000
Redução de capital	-	-	(450.000)	-	(450.000)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(147)	-	(147)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	2.403	-	(731)	1.672
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(13.295)	-	-	(13.295)
Saldo em 2010	711.949	1.787.702	2.423.534	15.982	4.939.167
Equivalência patrimonial	68.934	109.336	668.359	4.804	851.433
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	(25.935)	(307.392)	(2.811)	(336.138)
Aporte de capital em dinheiro	-	320.000	-	-	320.000
Redução de capital	-	-	(500.000)	-	(500.000)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(130)	-	(130)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	1.590	77	929	2.596
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	14.171	-	-	14.171
Saldo em 2011	780.883	2.206.872	2.284.440	18.904	5.291.099

O quadro a seguir resume a participação de 33% na RPR atribuída à Sociedade:

	2011	2010
Ativo circulante	37.385	49.725
Ativo não circulante	28.688	18.105
Passivo circulante	11.850	26.292
Passivo não circulante	35.319	25.556
Patrimônio líquido	<u>18.904</u>	<u>15.982</u>
Receita líquida	70.517	319.406
Custos e despesas operacionais	<u>(68.568)</u>	<u>(293.197)</u>
Lucro operacional	1.949	26.209
Resultado financeiro e imposto de renda	<u>2.855</u>	<u>(6.873)</u>
Lucro líquido	<u>4.804</u>	<u>19.336</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Sociedades coligadas (Consolidado)

	Movimentação dos investimentos			
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Total
Movimentação dos investimentos:				
Saldo em 2009	6.623	2.090	3.748	12.461
Equivalência patrimonial	<u>45</u>	<u>(15)</u>	<u>(26)</u>	<u>4</u>
Saldo em 2010	6.668	2.075	3.722	12.465
Dividendos recebidos	(31)	-	-	(31)
Equivalência patrimonial	<u>191</u>	<u>30</u>	<u>(29)</u>	<u>192</u>
Saldo em 2011	<u>6.828</u>	<u>2.105</u>	<u>3.693</u>	<u>12.626</u>

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiten S.A. Indústria e Comércio (“Oxiten S.A.”) participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”) que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiten Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. que tem como atividade principal a indústria, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A. que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP e da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente essas coligadas estão com as suas atividades operacionais suspensas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2011				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	6.282	11.049	774	332	25
Ativo não circulante	22.032	93.310	8.836	842	3.132
Passivo circulante	668	6.638	-	13	61
Passivo não circulante	332	89.301	2.226	1.708	4.304
Patrimônio líquido	27.314	8.420	7.384	(547)	(1.208)
Receita líquida	3.879	27.557	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(3.620)	(27.342)	(96)	(133)	(225)
Resultado financeiro e imposto de renda	357	(93)	38	42	(5)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	616	122	(58)	(91)	(230)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33
	2010				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	4.557	9.360	682	834	81
Ativo não circulante	23.147	90.222	8.986	468	3.160
Passivo circulante	702	7.928	-	26	122
Passivo não circulante	332	83.357	2.226	1.708	4.096
Patrimônio líquido	26.670	8.297	7.442	(432)	(977)
Receita líquida	3.543	24.050	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(3.684)	(24.271)	(74)	(143)	621
Resultado financeiro e imposto de renda	321	158	23	42	7
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	180	(63)	(51)	(101)	628
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pela equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2011, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2010	Adições	Saldo inicial de aquisição da Repsol	Ajuste do saldo inicial de aquisição da DNP	Depreciações	Transfe-rências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2011
Custo:										
Terrenos	-	375.669	6.750	-	-	-	6.419	(33.428)	602	356.012
Edificações	27	1.046.128	12.797	-	1.055	-	76.021	(41.498)	3.775	1.098.278
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13	372.760	12.164	338	-	-	25.916	(6.128)	4	405.054
Máquinas e equipamentos	12	2.601.836	93.094	13.981	-	-	437.980	(2.139)	33.942	3.178.694
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	1.465.777	124.744	-	614	-	77.390	(28.993)	-	1.639.532
Tanques e vasilhames para GLP	13	362.882	67.509	15.976	-	-	4	(30.466)	-	415.905
Veículos	8	173.408	28.992	5.914	167	-	12.390	(28.402)	(306)	192.163
Móveis e utensílios	7	105.795	6.156	188	-	-	1.250	(2.821)	238	110.806
Obras em andamento	-	422.471	353.111	-	-	-	(536.695)	(7.794)	961	232.054
Adiantamentos a fornecedores	-	6.525	13.767	-	-	-	(8.206)	(606)	2	11.482
Importações em andamento	-	340	455	-	-	-	(629)	-	-	166
Equipamentos de informática	5	178.296	10.378	293	-	-	1.385	(3.324)	42	187.070
		<u>7.111.887</u>	<u>729.917</u>	<u>36.690</u>	<u>1.836</u>	<u>-</u>	<u>93.225</u>	<u>(185.599)</u>	<u>39.260</u>	<u>7.827.216</u>
Depreciação acumulada:										
Edificações		(436.875)	-	-	-	(37.686)	(10.335)	23.145	(3.857)	(465.608)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(195.091)	-	(175)	-	(22.480)	(99)	5.353	-	(212.492)
Máquinas e equipamentos		(1.130.575)	-	(7.526)	-	(186.323)	(89.045)	1.386	(31.404)	(1.443.487)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(834.834)	-	-	-	(81.388)	177	23.183	2	(892.860)
Tanques e vasilhames para GLP		(190.255)	-	(3.802)	-	(22.620)	-	11.464	-	(205.213)
Veículos		(109.346)	-	(2.776)	-	(6.044)	(628)	22.745	(78)	(96.127)
Móveis e utensílios		(62.325)	-	(121)	-	(9.202)	(2.931)	1.203	(962)	(74.338)
Equipamentos de informática		(146.831)	-	(264)	-	(12.483)	167	2.951	(28)	(156.488)
		<u>(3.106.132)</u>	<u>-</u>	<u>(14.664)</u>	<u>-</u>	<u>(378.226)</u>	<u>(102.694)</u>	<u>91.430</u>	<u>(36.327)</u>	<u>(3.546.613)</u>
Provisão para perdas:										
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(1.854)	-	-	-	-	-	379	-	(1.475)
		<u>(2.051)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>379</u>	<u>-</u>	<u>(1.672)</u>
Custo líquido		<u>4.003.704</u>	<u>729.917</u>	<u>22.026</u>	<u>1.836</u>	<u>(378.226)</u>	<u>(9.469)</u>	<u>(93.790)</u>	<u>2.933</u>	<u>4.278.931</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2009	Adições	Saldo inicial de aquisição da DNP	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2010
Custo:									
Terrenos	-	396.324	1.454	1.962	-	1.118	(25.743)	554	375.669
Edificações	26	1.056.099	12.342	3.294	-	17.594	(42.462)	(739)	1.046.128
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12	363.849	4.918	9	-	15.660	(11.669)	(7)	372.760
Máquinas e equipamentos	11	2.410.395	148.342	-	-	69.457	(23.301)	(3.057)	2.601.836
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis									
claros/lubrificantes	14	1.340.917	98.978	8.909	-	33.240	(16.267)	-	1.465.777
Tanques e vasilhames para GLP	13	326.671	71.969	-	-	2	(35.760)	-	362.882
Veículos	6	238.006	15.603	1.481	-	(56.763)	(24.076)	(843)	173.408
Móveis e utensílios	7	93.697	10.367	237	-	(611)	(1.252)	3.357	105.795
Obras em andamento	-	201.010	281.978	-	-	(59.315)	(584)	(618)	422.471
Adiantamentos a fornecedores	-	79.569	13.866	-	-	(86.582)	(328)	-	6.525
Importações em andamento	-	4.738	5.758	-	-	(10.068)	(88)	-	340
Equipamentos de informática	5	175.722	8.665	153	-	258	(6.002)	(500)	178.296
		<u>6.686.997</u>	<u>674.240</u>	<u>16.045</u>	<u>-</u>	<u>(76.010)</u>	<u>(187.532)</u>	<u>(1.853)</u>	<u>7.111.887</u>
Depreciação acumulada:									
Edificações		(419.969)	-	(287)	(40.473)	1.089	22.649	116	(436.875)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(168.860)	-	1	(28.044)	934	877	1	(195.091)
Máquinas e equipamentos		(969.360)	-	-	(184.302)	4.552	17.058	1.477	(1.130.575)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis									
claros/lubrificantes		(776.969)	-	(996)	(69.211)	-	12.342	-	(834.834)
Tanques e vasilhames para GLP		(190.962)	-	-	(18.529)	-	19.236	-	(190.255)
Veículos		(182.193)	-	(394)	(4.241)	67.603	9.550	329	(109.346)
Móveis e utensílios		(53.252)	-	(135)	(10.538)	744	839	17	(62.325)
Equipamentos de informática		(139.038)	-	(92)	(13.654)	1.088	4.637	228	(146.831)
		<u>(2.900.603)</u>	<u>-</u>	<u>(1.903)</u>	<u>(368.992)</u>	<u>76.010</u>	<u>87.188</u>	<u>2.168</u>	<u>(3.106.132)</u>
Provisão para perdas:									
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(1.697)	(157)	-	-	-	-	-	(1.854)
		<u>(1.894)</u>	<u>(157)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.051)</u>
Custo líquido									
		<u>3.784.500</u>	<u>674.083</u>	<u>14.142</u>	<u>(368.992)</u>	<u>-</u>	<u>(100.344)</u>	<u>315</u>	<u>4.003.704</u>

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Software	Tecnologia	Direitos de propriedade comercial	Fundo de comércio	Outros	Total
Saldo em 2009	674.500	70.033	16.413	13.015	427.832	1.900	1.203.693
Saldo inicial de aquisição DNP	46.541	-	-	-	41.740	-	88.281
Adições	-	26.891	-	-	208.211	2.605	237.707
Baixas	(6.650)	(4.339)	-	-	-	(924)	(11.913)
Amortizações	-	(24.390)	(4.402)	(549)	(142.702)	(88)	(172.131)
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Variação cambial	-	(8)	-	-	-	(13)	(21)
Saldo em 2010	714.391	68.187	12.011	12.466	535.081	3.475	1.345.611
Ajuste do saldo inicial de aquisição DNP	(21.805)	-	-	-	4.865	-	(16.940)
Saldo inicial de aquisição Repsol	13.403	-	-	-	11.625	-	25.028
Adições	-	42.759	-	-	349.460	-	392.219
Baixas	-	(4)	-	-	(577)	(295)	(876)
Transferências	-	463	8.562	-	-	444	9.469
Amortizações	-	(26.643)	(4.973)	(549)	(183.386)	(34)	(215.585)
Variação cambial	-	28	-	-	-	223	251
Saldo em 2011	<u>705.989</u>	<u>84.790</u>	<u>15.600</u>	<u>11.917</u>	<u>717.068</u>	<u>3.813</u>	<u>1.539.177</u>
Prazo médio ponderado de amortização (anos)	-	5	5	30	5	9	

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio por expectativa de rentabilidade futura:

	2011	2010
Ágio na aquisição de:		
Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	211.089	211.089
Texaco	177.759	177.759
DNP	24.736	46.541
Repsol	13.403	-
Outros	2.278	2.278
	<u>705.989</u>	<u>714.391</u>

A Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGC.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento e de desconto utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2011 além do período de 5 anos variaram de 0% a 8% e 10,5% a 28,2%, respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade registra como tecnologia, certos direitos de uso detidos pelas controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”). Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de etileno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- Em 11 de julho de 2002, a controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”) assinou contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o Terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2002 e julho de 2042.
- Adicionalmente, a controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao Porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de grânéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2005 e dezembro de 2022.

Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos).

As despesas de amortização foram reconhecidas no resultado do exercício, conforme demonstrado abaixo:

	2011	2010
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	11.872	10.355
Despesas com vendas e comerciais	180.354	141.606
Despesas gerais e administrativas	23.359	20.170
	<u>215.585</u>	<u>172.131</u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 21.745 em 2011 (R\$ 18.763 em 2010).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	2011	2010	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2011 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b)	466.197	413.284	US\$	+7,2	2015
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	125.813	41.626	US\$	+1,9	< 349 dias
Financiamento externo (c)	111.868	99.749	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2014
BNDES (d)	72.869	67.195	US\$	+5,5	2012 a 2018
Adiantamento de Cambiais Entregues	45.692	64.080	US\$	+1,6	< 88 dias
Instituições financeiras	28.454	16.656	MX\$ + TIIE (ii)	+1,9	2012 a 2016
Instituições financeiras	21.784	22	Bs (iii)	+13,3	2012 a 2014
FINIMP	878	779	US\$	+7,0	2012
Instituições financeiras	-	6.740			
Instituições financeiras - RPR	-	1.581			
BNDES (d)	-	8			
Subtotal	<u>873.555</u>	<u>711.720</u>			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pré-fixado (e)	2.208.109	1.916.257	R\$	+11,8	2012 a 2015
Debêntures (f)	1.002.451	1.196.116	CDI	108,5	2012
BNDES (d)	890.865	1.178.081	TJLP (iv)	+3,2	2012 a 2019
Banco do Brasil pós-fixado (e)	213.055	-	CDI	98,5	2014
Empréstimo – MaxFácil	86.364	77.391	CDI	100,0	2012
Banco do Nordeste do Brasil	86.108	99.355	R\$	+8,5 (vi)	2018
BNDES (d)	57.626	65.137	R\$	+5,7	2015 a 2021
FINEP	45.647	61.738	TJLP (iv)	+0,5	2013 a 2014
Arrendamento mercantil financeiro (g)	42.356	-	IGP-M (v)	+5,6	2031
Debêntures – RPR (f)	19.102	-	CDI	118,0	2014
FINEP	10.904	-	R\$	+4,0	2019 a 2021
FINAME	2.106	5.922	TJLP (iv)	+2,7	2012 a 2013
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (g)	1.297	2.171	R\$	+14,8	2012 a 2014
Empréstimo de capital de giro - RPR	-	23.765			
Arrendamento mercantil financeiro (g)	-	3.374			
Outros	-	634			
Subtotal	<u>4.665.990</u>	<u>4.629.941</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>22.089</u>	<u>54.372</u>			
Total	<u>5.561.634</u>	<u>5.396.033</u>			
Circulante	<u>2.304.999</u>	<u>820.484</u>			
Não circulante	<u>3.256.635</u>	<u>4.575.549</u>			

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) Bs = bolívar forte venezuelano.
- (iv) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do BNDES. Em 31 de dezembro de 2011, a TJLP estava fixada em 6% a.a.
- (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vi) Contrato vinculado à taxa do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), fundo que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a. Sobre os juros incide bônus de adimplência de 15%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2011	2010
De 1 a 2 anos	1.214.029	2.197.838
De 2 a 3 anos	879.137	1.024.879
De 3 a 4 anos	976.172	440.504
De 4 a 5 anos	93.970	824.695
Mais de 5 anos	93.327	87.633
	<u>3.256.635</u>	<u>4.575.549</u>

Conforme IAS 39, os custos de transação e prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.h).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 22).

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,25% a.a., pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento em junho de 2006. O preço da emissão foi de 98,75% do valor de face da nota, o que representou um rendimento total para o investidor de 7,429% a.a. no momento da emissão. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela Oxiteno S.A.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, anteriormente mencionadas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Limitação de transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, as quais não sejam tão favoráveis à Sociedade quanto se obteria em mercado.
- Obrigação de deliberação do Conselho de Administração para transações com controlador direto ou indireto da Sociedade, ou controlada deste, em montante superior a US\$ 15 milhões (excetuando-se transações da Sociedade com suas controladas e entre suas controladas).
- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e controladas.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. *Financiamento externo*

A controlada Oxiteno Overseas Corp. possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões. O financiamento externo possui vencimento em junho de 2014, e encargo financeiro de LIBOR + 1,00% a.a. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 86,9% do CDI (vide nota explicativa nº 22). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno S.A.

Em decorrência da emissão do financiamento externo, algumas obrigações mencionadas na nota explicativa nº 14.b) também devem ser mantidas pela Sociedade e suas controladas. Adicionalmente existem as seguintes restrições impostas à Sociedade:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. *BNDES*

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,30; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pré e pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A IPP contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos dos empréstimos pré-fixados para 98,75% do CDI em média (vide nota explicativa nº 22). A IPP designa os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação. Os empréstimos têm vencimentos entre 2012 e 2015, distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	Saldo em 31/12/2011
fev/12	430.376
abr/12	68.650
mar/13	613.621
mai/13	362.296
mar/14	213.055
mai/14	364.940
mai/15	<u>368.226</u>
	<u>2.421.164</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Debêntures

- Em dezembro de 2009, a Sociedade concluiu a revisão de certos termos e condições de sua terceira emissão de debêntures, em série única de 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária. Com isso, a remuneração das debêntures foi reduzida para 108,5% do CDI e sua data de vencimento foi estendida para 4 de dezembro de 2012. Em abril de 2011, a Sociedade efetuou resgate parcial antecipado de 200 debêntures. As debêntures possuem pagamentos de juros anuais e amortização em parcela única no vencimento, conforme características abaixo:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	4 de dezembro de 2012
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- Em novembro de 2010, a RPR efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 50 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia flutuante, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	30 de novembro de 2014
Pagamento do valor nominal:	Oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 01/03/2013 e a última em 30/11/2014
Remuneração:	118,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 01/03/2013 e a última em 30/11/2014
Repactuação:	Não haverá repactuação

A RPR recebeu os recursos oriundos desta emissão em janeiro de 2011. A Sociedade consolidou a parte proporcional à sua participação na RPR.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

Em abril de 2011, a controlada Cia. Ultragaz contratou um arrendamento mercantil financeiro relativo a locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

As controladas IPP, Tropical Transportes Ipiranga Ltda. (“Tropical”) e Serma – Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) mantêm contratos de arrendamento mercantil financeiro principalmente relacionados a equipamentos para distribuição de combustíveis tais como: tanques, bombas, compressores de gás natural veicular - GNV, equipamentos de informática e veículos para transporte de combustíveis. Esses contratos têm prazos entre 36 e 60 meses.

As controladas IPP, Tropical e Serma têm a opção de comprar os ativos por um preço substancialmente mais baixo do que o valor justo à data da opção, e a administração possui a intenção de exercê-la.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, registrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, estão abaixo demonstrados:

	2011		
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Imobilizado e intangível líquidos de depreciação e amortização	39.645	1.541	865
Financiamento (valor presente)	<u>42.356</u>	<u>952</u>	<u>345</u>
Circulante	<u>1.419</u>	<u>542</u>	<u>261</u>
Não circulante	<u>40.937</u>	<u>410</u>	<u>84</u>

	2010		
	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Imobilizado líquido de depreciação	20.731	1.973	848
Financiamento (valor presente)	<u>3.374</u>	<u>1.568</u>	<u>603</u>
Circulante	<u>3.374</u>	<u>618</u>	<u>265</u>
Não circulante	<u>—</u>	<u>950</u>	<u>338</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

2011			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Até 1 ano	3.540	622	365
De 1 a 2 anos	3.540	385	113
De 2 a 3 anos	3.540	55	-
De 3 a 4 anos	3.540	-	-
De 4 a 5 anos	3.540	-	-
Mais de 5 anos	<u>50.740</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>68.440</u>	<u>1.062</u>	<u>478</u>

2010			
	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Até 1 ano	3.565	780	366
De 1 a 2 anos	-	629	366
De 2 a 3 anos	<u>-</u>	<u>440</u>	<u>102</u>
	<u>3.565</u>	<u>1.849</u>	<u>834</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), exceto desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP, a serem pagos nas contraprestações mensais e serão atualizadas pelo IGP-M até as datas dos respectivos pagamentos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2010	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2011
Banco do Brasil (e)	0,7%	24.545	4.353	(7.386)	21.512
Debêntures (f)	0,6%	13.851	-	(7.828)	6.023
Notas no mercado externo (b)	0,2%	4.105	-	(408)	3.697
Outros	0,3%	758	508	(456)	810
Total		43.259	4.861	(16.078)	32.042

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2009	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2010
Debêntures (f)	0,6%	19.844	-	(5.993)	13.851
Cédula de Crédito Bancário	0,8%	8.071	-	(8.071)	-
Notas no mercado externo (b)	0,2%	5.148	-	(1.043)	4.105
Banco do Brasil (e)	0,6%	94	27.974	(3.523)	24.545
Outros	0,8%	959	386	(587)	758
Total		34.116	28.360	(19.217)	43.259

O montante a apropriar ao resultado no futuro tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Total
Banco do Brasil (e)	12.255	5.854	2.670	733	-	21.512
Debêntures (f)	6.023	-	-	-	-	6.023
Notas no mercado externo (b)	924	924	924	925	-	3.697
Outros	264	304	232	10	-	810
Total	19.466	7.082	3.826	1.668	-	32.042

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Garantias

Os financiamentos estão garantidos por garantias reais no montante de R\$ 89.231 em 2011 (R\$ 83.749 em 2010) e por avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 1.841.760 em 2011 (R\$ 2.006.064 em 2010).

Além disso, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças bancárias de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 135.051 em 2011 (R\$ 141.081 em 2010).

Algumas controladas emitiram garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 11.843 em 2011 (R\$ 7.768 em 2010), com vencimentos de até 210 dias. Até 2011, a Sociedade e suas controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido no passivo circulante é de R\$ 286 em 2011 (R\$ 190 em 2010), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 2011 não havia casos de inadimplência em relação a dívidas da Sociedade e suas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Fornecedores (Consolidado)

	2011	2010
Fornecedores nacionais	1.024.697	901.272
Fornecedores estrangeiros	<u>50.406</u>	<u>39.905</u>
	<u>1.075.103</u>	<u>941.177</u>

A Sociedade e suas controladas adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e eteno da Braskem (vide nota explicativa nº 8.a). Esses dois fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. A Sociedade e suas controladas dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade. A Sociedade acredita que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

16 Salários e encargos (Consolidado)

	2011	2010
Salários e honorários	5.207	3.902
Encargos sociais	27.748	23.790
Provisões sobre folha de pagamento	89.167	78.520
Participação nos lucros e bônus	144.144	120.373
Benefícios	1.121	956
Outros	<u>958</u>	<u>674</u>
	<u>268.345</u>	<u>228.215</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

17 Obrigações tributárias (Consolidado)

	2011	2010
ICMS	55.055	65.484
PIS e COFINS	16.818	53.377
IPI	14.604	16.629
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	5.180	1.180
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	3.863	2.994
ISS	4.763	6.639
IVA das controladas Oxiteno México e Oxiteno Andina	8.340	6.493
Outros	1.030	5.126
	<u>109.653</u>	<u>157.922</u>

18 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de combustíveis de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 2009	64.578
Saldo inicial de aquisição da DNP	166
Adições (novos tanques)	1.666
Gastos com tanques retirados	(5.828)
Despesa com atualização	3.309
Saldo em 2010	<u>63.891</u>
Adições (novos tanques)	2.421
Gastos com tanques retirados	(3.022)
Despesa com atualização	4.214
Saldo em 2011	<u>67.504</u>
Circulante	7.251
Não circulante	60.253

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Receita diferida (Consolidado)

A Sociedade e suas controladas têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	2011	2010
Programa de fidelidade Km de Vantagens	15.983	11.547
Taxa inicial de franquia am/pm	12.472	8.346
Outros	-	591
	<u>28.455</u>	<u>20.484</u>
 Circulante	 19.731	 14.572
Não circulante	8.724	5.912

A Ipiranga possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos de combustíveis Ipiranga. O cliente pode trocar os pontos por descontos em produtos e serviços oferecidos pelos parceiros da Ipiranga. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade são considerados parte da receita de vendas, com base no valor justo dos pontos emitidos. A receita é diferida considerando a expectativa de resgate dos pontos, e é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

A taxa inicial de franquia relacionada à rede de lojas de conveniência am/pm e recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos com os franqueados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

A partir de 17 de agosto de 2011, cada ação preferencial de emissão da Sociedade foi convertida em uma ação ordinária e o estatuto social passou a vigorar com a redação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2011.

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III. O capital social subscrito e integralizado está representado por 544.383.996 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas a emissão de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

As ações da Sociedade possuem direito de “*tag along*”, que assegura aos acionistas não controladores da Sociedade condições idênticas às negociadas pelos acionistas controladores em caso de alienação de controle acionário da Sociedade. Adicionalmente, no caso de um acionista, ou grupo de acionistas atuando em conjunto, adquirir ou tornar-se titular de 20% ou mais do capital social da Sociedade, estes estão obrigados a efetivar oferta pública de aquisição de ações destinada aos demais acionistas pelo maior valor por ação pago pelo adquirente nos seis meses anteriores, devidamente atualizado pela taxa Selic.

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2011 estavam em circulação no exterior 56.076.374 ações ordinárias na forma de ADRs.

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997. Em 2011, não houve recompra de ações.

Em 31 de dezembro de 2011, as demonstrações financeiras da Sociedade totalizam em tesouraria 8.201.556 ações ordinárias, adquiridas ao custo médio de R\$ 14,42.

O preço das ações de emissão da Sociedade em 31 de dezembro de 2011 na BM&FBovespa era de R\$ 32,01.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 12,97 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários das provisões constituídas por essas controladas.

e. Reserva de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Resultados abrangentes

Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajuste de avaliação patrimonial (i) as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa da variação nas taxas de juros e (ii) o efeito da variação cambial nos derivativos designados como proteção cambial pela RPR utilizados para proteção do fluxo de caixa futuro. Em todos os casos, os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre controladas no exterior (i) com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

g. Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas ou pagamento. O saldo de dividendos do exercício de 2010 foi pago em 17 de março de 2011. A antecipação de dividendos de 2011 foi paga em 30 de agosto de 2011.

A proposta de dividendos reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2011
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	848.764
Reserva legal	<u>(42.438)</u>
Lucro líquido do exercício após reserva legal	806.326
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	403.163
Dividendos adicionais sobre o lucro líquido após a reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios	<u>122.239</u>
Total de dividendos	525.402
Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,47 por ação	<u>(251.949)</u>
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar – Passivo circulante	151.214
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido	<u>122.239</u>
Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,51 por ação	<u>273.453</u>
Reserva estatutária para investimentos	<u>280.924</u>

21 Informações sobre segmento

A Sociedade possui quatro segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico e armazenagem. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição de combustíveis claros, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus derivados, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grânéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2011	2010
Receita líquida:		
Ultragaz	3.766.766	3.661.260
Ipiranga	42.223.900	36.483.456
Oxiten	2.408.582	2.083.012
Ultracargo	266.885	293.262
Outros ⁽¹⁾	121.896	366.349
Vendas entre segmentos	(126.725)	(405.627)
Total	<u>48.661.304</u>	<u>42.481.712</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.665	2.035
Ipiranga	5.967	38.372
Oxiten	-	-
Ultracargo	26.634	39.395
Outros ⁽¹⁾	92.459	325.825
Total	<u>126.725</u>	<u>405.627</u>
Receita líquida de vendas, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	3.765.101	3.659.225
Ipiranga	42.217.933	36.445.084
Oxiten	2.408.582	2.083.012
Ultracargo	240.251	253.867
Outros ⁽¹⁾	29.437	40.524
Total	<u>48.661.304</u>	<u>42.481.712</u>
Lucro operacional:		
Ultragaz	162.682	181.201
Ipiranga	1.037.095	879.478
Oxiten	154.805	114.144
Ultracargo	88.898	115.802
Outros ⁽¹⁾	8.519	33.857
Total	<u>1.451.999</u>	<u>1.324.482</u>
Receitas financeiras	322.372	266.965
Despesas financeiras	(618.876)	(531.051)
Equivalência patrimonial de coligadas	192	4
Lucro antes dos impostos	<u>1.155.687</u>	<u>1.060.400</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2011	2010
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	245.250	167.403
Ipiranga	624.841	433.431
Oxiten	108.608	228.047
Ultracargo	118.425	64.332
Outros ⁽¹⁾	25.012	18.734
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	1.122.136	911.947
Arrendamento mercantil financeiro	(43.009)	-
Provisão para retirada de tanques	(2.421)	(1.666)
Juros capitalizados	(5.333)	(1.829)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	1.071.373	908.452

	2011	2010
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	117.462	118.820
Ipiranga	316.186	269.085
Oxiten	106.314	104.147
Ultracargo	29.303	28.866
Outros ⁽¹⁾	10.811	9.911
Total	580.076	530.829

	2011	2010
Ativos totais:		
Ultragaz	1.868.270	1.638.815
Ipiranga	6.633.132	6.376.269
Oxiten	3.454.518	3.095.714
Ultracargo	1.068.780	997.438
Outros ⁽¹⁾	718.039	881.607
Total	13.742.739	12.989.843

(1) A linha “Outros” é formada principalmente pela controladora Ultrapar e pela participação na RPR.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos de vida longa estão localizados no Brasil, exceto os ativos de vida longa localizados no México, no montante de R\$ 30.853 em 2011 (R\$ 26.460 em 2010) e na Venezuela no montante de R\$ 17.021 em 2011 (R\$ 8.078 em 2010).

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, no México e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, como apresentado a seguir:

	2011	2010
Receita líquida das vendas:		
Brasil	47.952.454	41.869.667
México	119.763	90.800
Venezuela	127.591	75.808
Outros países da América Latina	245.103	211.717
Estados Unidos e Canadá	100.959	97.207
Extremo Oriente	40.827	51.657
Europa	43.706	63.018
Outros	30.901	21.838
Total	<u>48.661.304</u>	<u>42.481.712</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela Diretoria Financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da Diretoria Financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxitenio.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

Valores em milhões de Reais	2011	2010
Ativos em moeda estrangeira		
Ativos financeiros em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	303,8	211,0
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	134,9	123,6
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros, líquidos de contas a pagar decorrentes de importação	-	11,3
Investimentos em controladas no exterior	115,3	72,6
	<u>554,0</u>	<u>418,5</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(873,6)	(710,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(2,8)	-
	<u>(876,4)</u>	<u>(710,2)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>348,5</u>	<u>122,7</u>
Posição líquida ativa (passiva)	26,1	(169,0)
Posição líquida ativa (passiva) – RPR ¹	<u>(8,3)</u>	<u>13,6</u>
Posição líquida ativa (passiva) – Total	17,8	(155,4)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

¹ Montante destacado pela magnitude e pela RPR possuir gestão financeira independente da Sociedade. A posição líquida passiva em 31 de dezembro de 2011 da RPR reflete o montante de R\$ 8,3 milhões de fornecedores em moeda estrangeira.

Com base na posição de R\$ 26,1 milhões ativa em moeda estrangeira, apresentada na tabela acima, estimamos que uma desvalorização de 10% do Real produziria efeito total de R\$ 2,6 milhões, dos quais R\$ 5,5 milhões de perda reconhecida no resultado e R\$ 8,1 milhões de ganho reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão, em função principalmente das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das subsidiárias no exterior. Com base na mesma posição, estimamos que uma valorização de 10% do Real produziria um efeito total de R\$ 2,6 milhões, dos quais R\$ 5,5 milhões de ganho reconhecido no resultado e R\$ 8,1 milhões de perda reconhecida diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão (vide nota explicativa nº 2.q).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao CDI, conforme apontado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas de pré-fixado para taxa flutuante (CDI).

Riscos de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades, aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Sociedade e suas controladas possuem aplicações financeiras em títulos públicos federais, limitados aos do governo brasileiro. A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas, porém em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade não possuía aplicações financeiras em títulos destes países. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perda no contas a receber:

	2011	2010
Ipiranga	101.318	101.275
Ultragaz	13.107	16.613
Oxiten	1.415	1.429
Ultracargo	614	615
Total	<u>116.454</u>	<u>119.932</u>

Riscos de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses totaliza R\$ 2.305 milhões. Adicionalmente, o plano de investimento para 2012 totaliza R\$ 1.088 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 2.782 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto e longo prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo		Valores a pagar ou a receber no período (31/12/2011)	
			2011	2010	2011	2010	Valor a receber	Valor a pagar
					R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Instrumentos de proteção								
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte- americanos								
Ativos em dólares norte-americanos	Bradesco, Citibank, HSBC, Itaú, Santander	jan/2012 a dez/2015	US\$ 198,9	US\$ 165,8	373,3	271,0	373,3	-
Passivo em taxa de juros CDI			US\$ (198,9)	US\$ (165,8)	(367,9)	(320,0)	-	367,9
Resultado acumulado			-	-	5,4	(49,0)	373,3	367,9
b – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos								
Ativo em taxa de juros CDI	Itaú, Santander	jan/2012 a mar/2012	US\$ 13,3	US\$ 89,2	24,5	153,0	24,5	-
Passivo em dólares norte-americanos			US\$(13,3)	US\$ (89,2)	(24,8)	(146,7)	-	24,8
Resultado acumulado			-	-	(0,3)	6,3	24,5	24,8
c – Swap de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré fixada	Banco do Brasil	fev/2012 a mai/2015	R\$ 1.809,5	R\$ 1.809,5	2.229,4	1.947,9	2.229,4	-
Passivo em taxa de juros CDI			R\$ (1.809,5)	R\$ (1.809,5)	(2.152,5)	(1.931,5)	-	2.152,5
Resultado acumulado			-	-	76,9	16,4	2.229,4	2.152,5
d– Swap de juros em dólares norte-americanos								
Ativo em taxa de juros libor em dólares norte-americanos			-	US\$ 60,0	-	98,6	-	-
Passivo em taxa de juros fixa em dólares norte-americanos			-	US\$ (60,0)	-	(100,2)	-	-
Resultado acumulado			-	-	-	(1,6)	-	-
e – NDFs (non-deliverable forwards) - RPR								
Ativo em dólares norte-americanos			-	US\$ 10,3	-	16,6	-	-
Passivo em taxa de juros fixa			-	US\$ (10,3)	-	(18,1)	-	-
Resultado acumulado			-	-	-	(1,5)	-	-
f– Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos - RPR								
Ativo em dólares norte-americanos			-	US\$ 0,9	-	1,6	-	-
Passivo em taxa de juros CDI			-	US\$ (0,9)	-	(1,7)	-	-
Resultado acumulado			-	-	-	(0,1)	-	-
Resultado acumulado total bruto					82,0	(29,5)	2.627,2	2.545,2
Imposto de renda					(10,7)	(5,1)	(10,7)	-
Resultado acumulado total líquido					71,3	(34,6)	2.616,5	2.545,2
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)					93,4	19,8		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)					(22,1)	(54,4)		

1 Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima citadas foram devidamente registradas na CETIP S.A., exceto o swap de taxa de juros em dólares norte-americanos (contrato de balcão regido pelo ISDA - International Swap Dealers Association, Inc. assinado com a contraparte Banco Itaú BBA S.A. – Nassau Branch).

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de dezembro de 2011, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de swap em aberto que

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

totalizavam US\$ 198,9 milhões de principal dos quais (i) US\$ 138,9 milhões, na média, tinham posição ativa a US\$ + 4,70% a.a. e posição passiva a 118,03% do CDI e (ii) US\$ 60,0 milhões tinham posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,00% a.a. e posição passiva a 86,90% do CDI.

Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2011, estes contratos de swap totalizavam US\$ 13,3 milhões e na média tinham uma posição ativa a 70,68% do CDI e passiva a US\$ + 0,00% a.a.

Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 31 de dezembro de 2011 estes contratos de swap totalizavam R\$ 1.809,5 milhões de valor *nocional* e, na média, tinham uma posição ativa em 11,81% a.a. e passiva a 98,75% do CDI.

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas designaram como *hedge* de fluxo de caixa alguns instrumentos financeiros derivativos para proteção dos fluxos de caixa futuros. Esses instrumentos de proteção visam proteger os fluxos de caixa (i) do risco da flutuação da Libor sobre empréstimos contratados e (ii) do risco de variação cambial da controlada RPR sobre importação futura de petróleo denominada em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2011 esses instrumentos de proteção já haviam sido liquidados.

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais. Conforme item (c) da tabela anterior, em 31 de dezembro de 2011, esses instrumentos de proteção totalizavam R\$ 1.809,5 milhões de valor *nocional*. A Sociedade e suas controladas reconheceram um ganho de R\$ 7,1 milhões em 2011, sendo R\$ 60,5 milhões referentes ao resultado dos instrumentos de proteção e R\$ (53,4) milhões referentes ao ajuste de valor justo da dívida.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 2011 e 2010 que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade e suas controladas:

	2011	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos	(14,7)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	(7,2)	-
c - Swaps de juros em Reais	7,1	-
d - Swaps de juros em dólares norte-americanos	(1,7)	1,5
e - NDFs (<i>non-deliverable forwards</i>) - RPR	(0,9)	0,9
Total	(17,4)	2,4

	2010	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos	(30,7)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	15,7	-
c - Swaps de juros em Reais	18,2	-
d - Swaps de juros em dólares norte-americanos	(3,1)	2,4
e - NDFs (<i>non-deliverable forwards</i>) - RPR	(7,6)	(0,9)
f – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos - RPR	(0,1)	-
Total	(7,6)	1,5

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela acima não considera o efeito da variação cambial nos swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto do *hedge* (dívida) e considera o efeito da designação dos instrumentos de proteção de juros em Reais.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão demonstrados a seguir:

		31/12/2011		31/12/2010	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Mens. ao valor justo	107.600	107.600	72.793	72.793
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo	1.668.178	1.668.178	2.569.625	2.569.625
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo	15.176	15.176	-	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	631.686	631.686	352.839	352.839
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até vencimento	7.193	7.193	7.193	7.193
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	259.091	259.091	198.149	198.149
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	93.403	93.403	19.778	19.778
Total		2.782.327	2.782.327	3.220.377	3.220.377
Passivos financeiros:					
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo	2.208.109	2.208.109	1.916.257	1.916.257
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	2.266.230	2.305.088	2.223.743	2.272.680
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	1.021.553	1.019.727	1.196.116	1.182.380
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	43.653	43.653	5.545	5.545
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	22.089	22.089	54.372	54.372
Total		5.561.634	5.598.666	5.396.033	5.431.234

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4), (iii) financiamento do Banco do Brasil que está mensurado ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14.e), (iv) contas a receber de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.i) e financiamentos de clientes da Ipiranga (vide nota explicativa nº 5), que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Desta forma, contas a receber de clientes está classificado como empréstimos e recebíveis, fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Sociedade e de suas controladas em 2011 e 2010:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Mens. ao valor justo	72.793	72.793	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo	2.569.625	2.569.625	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Mens. ao valor justo	107.600	107.600	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo	1.668.178	1.668.178	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo	15.176	15.176	-	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	631.686	631.686	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até vencimento	7.193	7.193	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	259.091	-	259.091	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	93.403	-	93.403	-
Total		2.782.327	2.429.833	352.494	-
Passivos financeiros:					
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo	2.208.109	-	2.208.109	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	22.089	-	22.089	-
Total		2.230.198	-	2.230.198	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	352.839	352.839	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até vencimento	7.193	7.193	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	198.149	16.622	181.527	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	19.778	-	19.778	-
Total		3.220.377	3.019.072	201.305	-
Passivos financeiros:					
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo	1.916.257	-	1.916.257	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	54.372	-	54.372	-
Total		1.970.629	-	1.970.629	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBovespa em 29 de dezembro de 2011. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 2,43 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização ou desvalorização adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto de *hedge* está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2011, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2011 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólar				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Valorização do dólar	59.377	167.816	276.255
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar		(59.377)	(167.913)	(276.449)
(1) + (2)	Efeito Líquido	-	(97)	(194)
Swaps cambiais passivos em dólar				
(3) Swaps Real / dólar norte-americano	Desvalorização do dólar	(41)	6.216	12.473
(4) Margem bruta da Oxiten		41	(6.216)	(12.473)
(3) + (4)	Efeito Líquido	-	-	-

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBovespa em 29 de dezembro de 2011 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em reais)				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Alta da taxa pré-	-	(78.925)	(151.997)
(2) Dívida a taxa fixa	fixada	-	78.950	152.053
(1) + (2)	Efeito Líquido	-	25	56

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Provisões, contingências e compromissos (Consolidado)

A Sociedade e suas controladas são partes envolvidas em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 2010	Saldo inicial de aquisição da Repsol	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 2011
IRPJ e CSLL	194.714	-	43.928	(221)	17.744	256.165
PIS e COFINS	79.963	-	12.820	(17.030)	6.859	82.612
ICMS	104.069	-	1.485	(42.203)	10.038	73.389
INSS	15.136	-	44	(2.221)	1.346	14.305
Cíveis	91.644	20	6.580	(19.934)	3.231	81.541
Trabalhistas	23.259	527	20.397	(1.695)	2.657	45.145
Outros	1.346	-	87	(622)	167	978
Total	510.131	547	85.341	(83.926)	42.042	554.135
Circulante	39.626					41.347
Não circulante	470.505					512.788

	Saldo em 2009	Adoção de anistia fiscal	Saldo inicial de aquisição da DNP	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 2010
IRPJ e CSLL	182.103	(19.670)	2.188	18.142	(190)	12.141	194.714
PIS e COFINS	67.990	-	985	10.190	(4.158)	4.956	79.963
ICMS	192.544	-	10.823	24.041	(130.605)	7.266	104.069
INSS	8.527	-	-	7.382	(1.498)	725	15.136
Cíveis	86.792	-	3.317	1.964	(3.428)	2.999	91.644
Trabalhistas	18.394	-	-	8.260	(5.300)	1.905	23.259
Outros	6.905	-	-	764	(6.414)	91	1.346
Total	563.255	(19.670)	17.313	70.743	(151.593)	30.083	510.131
Circulante	23.024						39.626
Não circulante	540.231						470.505

Algumas das provisões acima apresentadas possuem depósitos judiciais a elas relacionadas no montante de R\$ 328.865 em 2011 (R\$ 252.009 em 2010).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Contingências tributárias

Contingências prováveis ativas e passivas

As controladas Cia. Ultragaz, Utingás Armazenadora S.A. (“Utingás”), Tequimar e Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) possuem medidas judiciais com pedido de liminar pleiteando o aproveitamento integral e imediato da correção complementar Índice de Preços ao Consumidor - IPC/Bônus do Tesouro Nacional – BTN, verificada em 1990 (Lei 8.200/91); as controladas Cia. Ultragaz, Utingás e Tequimar quitaram as contingências relacionadas aos seus processos com os benefícios da anistia instituída pela Lei nº 11.941/09 e as reclassificaram contabilmente para a rubrica de contas a pagar no exercício anterior. A Ultracargo Participações mantém provisão de R\$ 1.058 em 2011 (R\$ 980 em 2010), para fazer face a contingência caso venha a perder tal ação.

A Sociedade e algumas de suas controladas possuem medidas judiciais com pedido de liminar visando não se submeterem à legislação que restringiu a compensação dos prejuízos fiscais (IRPJ) e das bases negativas (CSLL) apurados até 1994 a 30% do lucro do exercício. Em decorrência do posicionamento do Supremo Tribunal Federal - STF e com base na opinião dos seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essa contingência no valor de R\$ 6.707 em 2011 (R\$ 6.481 em 2010).

A controlada IPP possui Ação Declaratória discutindo a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou ineditável a CSLL na base de cálculo do IRPJ. Essa ação teve seu provimento negado em 1ª e 2ª instâncias, e o recurso extraordinário apresentado encontra-se sobrestado até o julgamento do *leading case* pelo STF. Amparada por decisão proferida em Medida Cautelar vinculada aos autos da ação principal, a controlada efetuou depósitos judiciais dos valores questionados e mantém provisão para essa contingência no valor de R\$ 18.413 em 2011 (R\$ 12.934 em 2010).

As controladas Oxiteno Nordeste e Oxiteno S.A. possuem Mandados de Segurança visando a exclusão das receitas de exportação da base de cálculo da CSLL. A Oxiteno Nordeste obteve liminar, confirmada por sentença, e depositou judicialmente os valores em discussão, bem como provisionou a correspondente contingência, no montante de R\$ 1.076 em 2011 (R\$ 982 em 2010); a controlada Oxiteno S.A. aguarda julgamento do recurso extraordinário interposto contra acórdão que negou o pedido, e continua pagando a CSLL normalmente. Embora em agosto de 2010 o STF tenha se posicionado contrário à tese, em julgamento de *leading case* sobre o tema, essa decisão tem validade apenas entre as partes, não afetando diretamente as ações das controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas Oxiten S.A., Oxiten Nordeste, Cia. Ultraz, Tequimar, RPR, Tropical, Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. ("EMCA") e IPP possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiten Nordeste e a IPP obtiveram liminares e efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 75.636 em 2011 (R\$ 57.302 em 2010); as demais controladas não obtiveram liminares. O julgamento destas e de todas as demandas que envolvam tal tema estão suspensas tendo em vista o deferimento de medida cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 18.

A Sociedade e suas controladas obtiveram medidas liminares para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão favoravelmente aos contribuintes; muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 36.386, já deduzidos os honorários advocatícios.

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para PIS e COFINS incidentes sobre créditos de juros sobre capital próprio. O valor total provisionado é de R\$ 4.236 em 2011 (R\$ 19.216 em 2010).

Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultraz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para suportar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Nos termos da liminar obtida, as controladas vêm realizando o depósito judicial desses débitos, cujo saldo totaliza R\$ 242.058 em 2011 (R\$ 185.398 em 2010) e constituindo passivo correspondente para esse fim.

A controlada Oxiten S.A. possui provisão de R\$ 14.285 em 2011 referente a autuação sofrida sob alegação de crédito indevido de ICMS sobre notas fiscais de retorno simbólico de matérias-primas enviadas para industrialização na controlada Oxiten Nordeste.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada IPP e suas controladas possuem provisões para contingências relativas a ICMS referentes, principalmente, a: (a) apropriação do crédito relativo à diferença entre o valor que serviu de base para a retenção do imposto e o valor efetivamente praticado na venda a consumidor final, implicando em excesso de retenção do ICMS pelas refinarias, R\$ 8.461; (b) autuações por vendas interestaduais de combustíveis para clientes industriais sem tributação do ICMS, em virtude da interpretação do disposto no artigo 2º da LC 87/96, R\$ 12.155; (c) exigência de ICMS-ST das distribuidoras sobre as vendas interestaduais para consumidor final, em razão de não haver a retenção sob a vigência dos Convênios ICMS 105/92 e 112/93, R\$ 5.199; (d) exigência de ICMS sob a fundamentação comum de falta de recolhimento, sendo diversas as razões que ensejaram os lançamentos fiscais e para os quais a contraprova não é evidente, R\$ 16.021.

Contingências possíveis

Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS referentes a aquisições de álcool hidratado, uma vez que o produto era revendido por preço inferior ao de compra em virtude do PROÁLCOOL, programa do Governo Federal de incentivo à produção que determinava a antecipação do subsídio financeiro pelas distribuidoras aos usineiros e seu posterior ressarcimento pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 94.357; (b) crédito alegadamente indevido, em razão da empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o Fisco entende, erroneamente, não ter havido comprovação de sua origem, R\$ 19.313; (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 25.318; (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 28.733; (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo STF, R\$ 14.654; (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que a reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 25.761; (g) autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 19.627; (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente, R\$ 25.277 e (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de etanol supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 20.340.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado para 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 78.508 (R\$ 60.053 em 2010). A controlada também possui ações judiciais visando a garantia de compensação de valores de PIS pagos a maior antes da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Lei 2.445/88 e 2.449/88, e resolveu quitar parte desses processos com os benefícios da anistia da Lei 11.941/09.

b. Contingências cíveis

Contingências prováveis

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais, no montante de R\$ 81.541 em 2011 (R\$ 91.644 em 2010).

Contingências possíveis

A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

A controlada Cia. Ultragaz é ré em processos judiciais relativos a perdas e danos causados por explosão, em 1996, em um shopping center localizado na cidade de Osasco - SP. Tais processos envolvem: (i) processos individuais movidos por vítimas da explosão pleiteando ressarcimento por perda de benefício econômico e danos morais; (ii) solicitação de ressarcimento de despesas da administradora do shopping center e sua seguradora; e (iii) ação coletiva pleiteando indenização de danos materiais e morais de todas as vítimas lesionadas e falecidas. A controlada acredita ter produzido provas de que os dutos de gás defeituosos do shopping center causaram o acidente e que as instalações de armazenamento de GLP da Ultragaz no local não contribuíram para a explosão. Das 64 ações julgadas até o momento, 63 lhe foram favoráveis, e destas, 43 já estão arquivadas; apenas 1 foi desfavorável e a controlada foi condenada em R\$ 17, restando apenas 1 ação ainda não julgada. A Sociedade não registrou provisão para esses processos, pois considera a probabilidade de realização dessa contingência como sendo remota, além de possuir cobertura de seguro para a totalidade do valor ainda em discussão judicial.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Contingências trabalhistas

Contingências prováveis

A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 45.145 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 23.259 em 2010) para fazer face a contingências de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho.

Contingências possíveis

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados das controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxitenor Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento às políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais foram julgadas improcedentes. O dissídio coletivo encontra-se atualmente em trâmite no STF, aguardando julgamento. A partir do segundo semestre de 2010 algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato nos autos do dissídio coletivo. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, que analisaram a última decisão do STF no dissídio coletivo e a posição da ação individual das controladas Oxitenor Nordeste e da EMCA, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 2011.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2.016
Aratu	900.000	2.022
Suape	250.000	2.027
Suape	400.000	2.029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2011, essas tarifas eram de R\$ 5,79 e R\$ 1,38 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxitenos Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. O compromisso mínimo de compra e a demanda real acumulada em 2011 e 2010, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A cláusula de compromisso mínimo de compra encontra-se em renegociação com a Braskem.

	<u>Compromisso de compra mínima</u>		<u>Demanda acumulada (real)</u>	
	2011	2010	2011	2010
Em toneladas de eteno	<u>165.965 (*)</u>	<u>145.555 (*)</u>	<u>166.953</u>	<u>171.521</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem durante o exercício.

A controlada Oxitenos S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Quattor Participações S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxitenos tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra dos contratos.

e. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro adequadas, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo seguros patrimoniais com cobertura para os prejuízos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

outros, garantindo as bases e demais filiais de todas as controladas, exceto RPR, que contrata seu próprio seguro. O valor máximo indenizável, incluindo lucros cessantes, com base na análise de risco da máxima perda possível em um determinado local é de US\$ 1.509 milhões.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida em grupo e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática.

Esses contratos têm prazos de 36 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la.

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	2011	2010
Até 1 ano	989	752
Mais de 1 ano	<u>1.005</u>	<u>400</u>
	<u><u>1.994</u></u>	<u><u>1.152</u></u>

O total de arrendamento mercantil operacional reconhecido como despesa em 2011 foi R\$ 1.230 (R\$ 686 em 2010).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. *ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar*

A Sociedade e suas controladas oferecem um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida a seus empregados, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar. Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, que varia entre 0% e 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber mensalmente: (i) um percentual, que varia entre 0,5% e 1,0%, sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2011, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 14.254 (R\$ 13.041 em 2010) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2011 atingiu 7.330 participantes ativos e 60 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 29 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. *Benefícios pós-emprego*

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS") e plano de assistência médica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Deliberação CVM 600/2009.

	2011	2010
Plano de Assistência Médica e Odontológica	43.069	37.828
Multa FGTS	33.346	33.232
Gratificação	12.966	12.038
Seguro de vida	20.652	21.403
Total	<u>110.033</u>	<u>104.501</u>
Circulante	13.282	11.339
Não circulante	96.751	93.162

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas

- Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial - 10,13% ao ano
- Taxa média de crescimento salarial projetada - 6,32% ao ano
- Taxa de inflação (longo prazo) - 4,24% ao ano
- Taxa de crescimento dos serviços médicos – 8,41% ao ano

Hipóteses demográficas

- Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80
- Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagravada em 10%
- Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983
- Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada

25 Receita bruta (Consolidado)

	2011	2010
Receita de vendas bruta – fiscal	49.729.159	43.772.024
Receita de serviços prestados bruta – fiscal	447.336	429.002
Impostos sobre vendas	(1.283.462)	(1.536.649)
Devoluções e abatimentos	(222.770)	(178.130)
Outras deduções	<u>(8.959)</u>	<u>(4.535)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u><u>48.661.304</u></u>	<u><u>42.481.712</u></u>

As outras deduções demonstradas na tabela acima, referem-se ao diferimento de receita (vide notas explicativas nº 14.i e 19).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

26 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2011	2010
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	44.275.967	38.511.330
Fretes e armazenagens	744.053	673.133
Depreciação e amortização	580.076	530.829
Gastos com pessoal	1.146.443	1.049.639
Propaganda e marketing	130.986	104.180
Serviços prestados por terceiros	158.511	132.624
Aluguel de imóveis e equipamentos	63.738	51.282
Outras despesas	182.931	193.972
Total	<u>47.282.705</u>	<u>41.246.989</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	45.139.601	39.322.888
Despesas com vendas e comerciais	1.349.880	1.164.422
Despesas gerais e administrativas	793.224	759.679
Total	<u>47.282.705</u>	<u>41.246.989</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2011 o resultado foi de R\$ 21.390 (receita) principalmente de resultado da venda de ativo imobilizado. Em 2010 o resultado foi de R\$ 78.969 (receita) que inclui o resultado da venda de ativo imobilizado, o resultado da venda das cotas da AGT e da Petrolog de R\$ 11.918, o recebimento relativo à Maxfacil de R\$ 35.000 e o resultado do ajuste de posições nos *pools* de distribuição de combustíveis de R\$ 31.456.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	161.084	142.161	271.751	217.866
Juros de clientes	-	-	46.350	43.724
Outras receitas	-	20	4.271	5.375
	<u>161.084</u>	<u>142.181</u>	<u>322.372</u>	<u>266.965</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(405.232)	(328.489)
Juros sobre debêntures	(140.863)	(133.428)	(143.117)	(133.428)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(2.148)	(1.195)
Encargos bancários, Imposto sobre Operações Financeiras e outros impostos	862	4.567	(21.304)	(22.655)
Variações cambiais, liquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(32.652)	(6.625)
Atualizações de provisões e outras despesas (*)	<u>361</u>	<u>(112)</u>	<u>(14.423)</u>	<u>(38.659)</u>
	<u>(139.640)</u>	<u>(128.973)</u>	<u>(618.876)</u>	<u>(531.051)</u>
Resultado financeiro	<u>21.444</u>	<u>13.208</u>	<u>(296.504)</u>	<u>(264.086)</u>

(*) Em 2010, inclui efeito referente à adesão da Sociedade e suas controladas à anistia instituída pela Lei 11.941/09 (ver nota explicativa nº 23).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Lucro por ação

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. O cálculo do lucro por ação de 2010 já considera o desdobramento de ações ocorrido em 2011. Como mencionado na nota explicativa nº 8.c), a Sociedade possui um plano de remuneração em ações.

Lucro básico por ação	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido da Sociedade	<u>848.764</u>	<u>758.823</u>	<u>848.764</u>	<u>765.303</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	533.989	533.989	533.989	533.989
Lucro básico por ação - R\$	<u>1,59</u>	<u>1,42</u>	<u>1,59</u>	<u>1,43</u>

Lucro diluído por ação	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido da Sociedade	<u>848.764</u>	<u>758.823</u>	<u>848.764</u>	<u>765.303</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	536.072	535.848	536.072	535.848
Lucro diluído por ação - R\$	<u>1,58</u>	<u>1,42</u>	<u>1,58</u>	<u>1,43</u>

Média ponderada das ações (em milhares)	2011	2010
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	533.989	533.989
Efeito da diluição		
Usufruto de ações	<u>2.083</u>	<u>1.859</u>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído:	<u>536.072</u>	<u>535.848</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Conciliação entre o lucro líquido da controladora em BR GAAP e IFRS

Lucro líquido da Sociedade, atribuível aos acionistas da Ultrapar	2010
Lucro líquido de acordo com o BR GAAP	758.823
Efeitos da aplicação do IFRS:	
Amortização e baixa de ativo diferido (vide nota explicativa nº 2)	9.819
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(3.339)</u>
Total	6.480
Lucro líquido em IFRS	765.303